

Relacionamento dificultado

ASSIS MOREIRA
Especial para O ESTADO

GENEBRA — As relações entre as autoridades financeiras do Brasil e o comitê de bancos credores parecem ter se deteriorado ainda mais, depois das reuniões realizadas na semana passada em Nova York, a se julgar por opiniões recolhidas ontem nos meios bancários.

Um diretor de um dos 14 bancos que compõem o comitê de negociações com o Brasil reclamou que o presidente do Banco Central, Francisco Gros, além de negar-se a dar informações sobre o programa de ajustamento econômico, não demonstrou qualquer "interesse" ou "pressa" em fazer um pedido formal para o reescalonamento de dívidas de cerca de US\$ 35 bilhões, de curto a longo prazos, vencíveis entre 1986 e 1987.

De fato, adverte o *Financial Times*, a ausência de acordos formais para a **prorrogação** do prazo de pagamento dessa dívida aumenta as possibilidades de que muitos dos 700 bancos credores comecem a recorrer individualmente a ações legais contra o País para receber seus créditos.

Em entrevista a *O Estado*, o banqueiro europeu previu que "brevemente" o Brasil efetivamente passa-

rá a sofrer "problemas", enumerando as seguintes argumentações: 1) O País recusa-se a pagar os juros, mesmo em valor simbólico, como ato de "boa fé", como também assinalou o *Financial Times* de ontem; 2) Até agora, os bancos estão automaticamente renovando as linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15 bilhões, mas isso não pode durar muito tempo, pela ausência de contrato, que terminou ao final de março; 3) A dívida de médio e longo prazos de US\$ 9,7 bilhões, relativa a 1986, vence amanhã, e o Brasil também não fala em contrato de renovação; 4) A dívida de 1987, de idêntico valor, é praticamente ignorada até o momento.

"Os bancos não têm qualquer obrigação de ficar renovando linhas de crédito para o Brasil — insistiu o banqueiro. Além disso, se o Brasil parte para essa política de esperar para ver no que dá, nós podemos fazer o mesmo." Uma fonte do mercado, mencionada ontem em alguns jornais europeus, previu que o Brasil, dentro de dois meses, recorrerá ao Tesouro do Estados Unidos para um empréstimo de curto prazo, por causa da falta de fôlego financeiro.

"O que mais incomoda os bancos, porém — acrescenta o banqueiro ouvido ontem —, é a maneira agressi-

va do presidente do Banco Central. Quando fazemos indagações, ele nos retruca que se trata de assunto interno do Brasil e que não nos interessa. Ora, como ele pode chegar para nós com um plano de financiamento para durar até 1991 e nos negar informações?"

Esse banqueiro insistiu em duas distinções: primeiro, o Brasil até agora limitou-se a apresentar um plano financeiro no qual pede US\$ 4 bilhões de empréstimos anuais, deixando para "não se sabe quando" o plano de ajustamento econômico; segundo, os contratos das dívidas de curto, médio e longo prazos estão vencendo e, se de um lado o comitê de negociação "provavelmente não fará nada", outros bancos, individualmente, podem iniciar retaliações contra o País.

As negociações entre o Brasil e os bancos, portanto, permanecem em ponto morto. Enquanto no Brasil discute-se o futuro do ministro Dilsen Funaro, no Exterior muitos banqueiros fazem alusões saudosas e elogiosas ao ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, do governo do general Figueiredo e pupilo do ministro Delfim Netto. Pastore parece que tinha um relacionamento melhor que Gros com os banqueiros.